
**CONEXÕES ENTRE ARQUEOLOGIA PÚBLICA E MUSEOLOGIA SOCIAL:
O CENTRO MUSEOLÓGICO DE EXPERIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA DO
TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE LAGOAS, PI**

Leandro Elias Canaan Mageste¹

Nívia Paula Dias de Assis²

Bruno Vítor Farias Vieira³

João Paulo Felisberto Oliveira⁴

Patrícia Muniz Mendes⁵

RESUMO

Nesse artigo, buscaremos estabelecer aproximações entre as abordagens da Arqueologia Pública e da Museologia Social, utilizando como vetor reflexivo os trabalhos colaborativos conduzidos no povoado de Lagoa de São Vítor, situado no Território Quilombola de Lagoas, particularmente na zona rural do município de São Raimundo Nonato, no Sudeste do Piauí. Em termos práticos, apresentaremos para discussão, algumas das experimentações configuradas no Centro Museológico de Experimentação Comunitária (CEMEC). Desde o ano de 2013, por meio de projetos de extensão desenvolvidos por docentes e discentes do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF, tentamos estabelecer interfaces entre pesquisadores e comunidade, para refletir a respeito das diferentes construções patrimoniais envolvendo a memória social, a história e o meio envolvente. No quadro das ações desenvolvidas, o CEMEC tem atuado como polo irradiador de narrativas,

¹ Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo/MAE-USP (2017). Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo/MAE-USP (2012). Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF (2008).

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (2004) e mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012).

³ Arqueólogo. Doutorando em Arqueologia pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (PROARQ-UFS). Mestre em Arqueologia (2017/PROARQ-UFS). Bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial (2015/UNIVASF).

⁴ Rua João F. dos Santos, s/n, campestre, 64770-000, São Raimundo Nonato – PI. Tel: (89) 3582-9750

⁵ Doutorado em andamento em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, ULHT, Portugal. Mestrado em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -UNIRIO/ Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST (2013). Especialização em Gestão do Patrimônio Cultural pelo Instituto de Ensino Granbery/ PERMEAR (2011). Especialização em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST (2011). Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2009).

com propostas de articulação das manifestações patrimoniais regionais com a realidade do território em diversos contextos temporais e com a luta por melhores condições de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Museologia Social; Arqueologia Pública; Experimentação Museológica; Preservação Patrimonial; Lagoa de São Vítor.

ABSTRACT

In this paper, we will try to establish approximations between the approaches of Public Archeology and Social Museology, using as a reflexive vector the collaborative works conducted in the village of Lagoa de São Vítor, located in the Território Quilombola de Lagoas, particularly in the rural area of the city of São Raimundo Nonato, in the Southeast of Piauí. In practical terms, we will present for discussion some of the experiments set up at the Centro Museológico de Experimentação Comunitária (CEMEC). Since 2013, through extension projects developed by researchers and students of the course of Archaeology and Heritage Preservation of UNIVASF, we have tried to establish networks of collaboration between researchers and community to reflect on the different heritage constructions involving social memory, history and the environment. In the framework of the actions developed, the CEMEC has acted as an irradiator pole of narratives that seek to articulate the local heritage manifestations, the reality of the territory in diverse temporal and the struggle for better living conditions.

KEYWORDS: Social Museology; Public Archaeology; Museological Experimentation; Heritage Preservation; Lagoa de São Vítor.

RESUMEN

En este artículo, buscaremos establecer aproximaciones entre los enfoques de la Arqueología Pública y de la Museología Social, utilizando como vector reflexivo los trabajos colaborativos conducidos en el pueblo de Lagoa de São Vítor, situado en el Território Quilombola de Lagoas, particularmente en la zona rural del municipio de São Raimundo Nonato en el sudeste de Piauí. En términos prácticos, presentaremos para discusión, algunas de las experimentaciones configuradas en el Centro Museológico de Experimentação Comunitária (CEMEC). Desde el año 2013, a través de proyectos de extensión desarrollados por docentes y discentes del curso de Arqueología y Preservación Patrimonial de la UNIVASF, intentamos establecer redes de colaboración entre investigadores y comunidad, para reflexionar sobre las diferentes construcciones patrimoniales envolviendo la memoria social, la historia y el entorno. En el marco de las acciones desarrolladas, el CEMEC, ha actuado como polo irradiador de narrativas, con propuestas de articulación de las manifestaciones patrimoniales regionales con la realidad del territorio en diversos contextos temporales y con la lucha por mejores condiciones de vida.

PALABRAS CLAVE: Museología Social; Arqueología Pública; Experimentación Museológica; Preservación Patrimonial; Lagoa de São Vítor.

INTRODUÇÃO

Nesse artigo, buscaremos discutir algumas possibilidades de conexões entre as perspectivas da Arqueologia Pública e Museologia Social, utilizando como vetor reflexivo os

trabalhos colaborativos conduzidos no Território Quilombola de Lagoas, particularmente no povoado de Lagoa de São Vítor, zona rural do município de São Raimundo Nonato, no Sudeste do Piauí. Em termos práticos, a partir das relações de parceria e afetividade estabelecida entre pesquisadores e comunidade, temos procurado articular diferentes procedimentos museológicos com iniciativas arqueológicas socialmente engajadas. O culminar desse processo foi a formatação do Centro Museológico de Experimentação Comunitária – o CEMEC - com atuação voltada para atividades que envolvem a experimentação do patrimônio arqueológico, associadas como iniciativas envolvendo a memória social, a história, bem como as demandas sociais que caracterizam o tempo presente.

Para fins de contextualização, Lagoa de São Vítor é historicamente localidade oriunda da Fazenda São Vítor, uma antiga unidade escravista da região, que tem o seu registro histórico mais antigo datado do ano de 1770 (VIEIRA, 2017). As memórias desse passado serviram como catalisadoras para a constituição do Território Quilombola de Lagoas, que foi certificado no ano de 2009 pela Fundação Cultural Palmares e pelo Ministério da Cultura. Atualmente, as comunidades vêm se mobilizando em prol da titulação do Território pelo INCRA. Na verdade, tal movimento tem sido fomentado no escopo de conflitos pela manutenção de terras e de modos de vida específicos, que passaram a ser ameaçados de forma premente com a chegada de empreendimentos minerários na região.

Para além desse contexto, em Lagoa de São Vítor, as heranças de um passado colonial encontram-se bem demarcadas na tradição oral e na presença de sítios arqueológicos relacionados com a vida na Fazenda. Aparecem ainda referências a sítios pré-coloniais, com a presença de vestígios líticos, paredões e rochedos com arte rupestre. Além disso, assume relevância os marcadores paisagísticos naturais, representados pela Pedra de São Vítor e pela Lagoa. O lugar caracteriza-se ainda por comportar jazidas paleontológicas referentes a espécimes de megafauna que habitaram o semiárido há cerca de 10 mil anos atrás. Esses locais são bem conhecidos pelas comunidades, sendo relacionados e interpretados de acordo com suas experiências cotidianas. Como exemplo, podemos citar o sítio arqueológico e paleontológico homônimo, Lagoa de São Vítor. Durante o período de seca, fósseis são revelados no fundo de lagoa, o que chamou a atenção da população, pesquisadores e instituições científicas ao longo dos anos.

Atualmente, o território é composto por cerca de 118 localidades, distribuídas por 6 municípios - São Raimundo Nonato, Várzea Branca, Fartura do Piauí, São Lourenço, Bonfim do Piauí e Dirceu Arcoverde, perfazendo uma área de 62.365,8 hectares. O compartimento abriga cerca de 1.498 famílias, que totalizam aproximadamente 5.128 pessoas (FARIA, 2016). Em termos econômicos, as principais fontes de subsistência consistem na apicultura, com produção de mel orgânico apto para exportação internacional; o cultivo da terra com mão de obra familiar; criação doméstica de pequenos animais, especialmente caprinos e ovinos, só para citar alguns exemplos. Particularmente em Lagoa de São Vitor, verifica-se uma população de aproximadamente 142 pessoas, distribuídas entre 9 crianças, 16 adolescentes, 92 adultos e 15 idosos (BRAGA & SILVA, 2016). Observamos que a existência de escolas públicas que oferecem o ensino fundamental e médio parece dotar a localidade de poder de atração para outros jovens assentados em comunidades mais afastadas.

Frente este cenário, é possível supor de maneira preliminar, que Lagoa de São Vitor compõe um quadro marcado pela diversidade cultural, onde as representações de vários sujeitos e momentos históricos encontram-se presente na configuração assumida pelo território. Para os propósitos desse trabalho, destacamos as relações cotidianas que são estabelecidas pela população com o diferentes tipologias patrimoniais, tal como o patrimônio arqueológico, situadas longe da ótica da sacralidade e do poder institucionalizado, sendo por isso apropriado e interpretado constantemente no dia-a-dia (MAGESTE et al, 2017). A observação desta realidade provocou em parte de docentes e discentes do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF, o desejo de entender as possibilidades de articulação entre ciência e sabedoria popular, reconhecendo que somente a realização de projetos colaborativos seria capaz de revelar alguns dos significados conferidos para o meio envolvente e os bens de natureza material e imaterial (ASSIS, 2013).

Durante a realização dos trabalhos, diversos relatos a respeito da realidade local foram espontaneamente oferecidos pelos moradores. Tratavam-se fundamentalmente de reivindicações em prol da fixação de jovens na região, não evadindo desse modo do contexto escolar ou se inserindo no fenômeno do êxodo rural; denúncias referentes a precariedade de infraestrutura, marcada pela carência de água e vias de acesso; queixas sobre o processo acelerado de poluição do ambiente por lixo doméstico, repercutindo na configuração da caatinga. Atrélada a tais manifestações, encontrava-se o desejo de criação

de um museu para guardar e expor as coleções formadas pela população, promovendo desse modo o patrimônio local. A consolidação de um espaço museal em Lagoa de São Vítor foi visualizado por parte da comunidade como etapa essencial para informar a respeito da importância do Território Quilombola de Lagoas, estabelecendo um canal de comunicação e valorização das lutas e conquistas de um povo em busca de melhores condições de vida. Para concretização do intento, foi cedido pela Associação dos Moradores de São Vítor um espaço físico composto por área total de 256m², com 51,84m² edificada, que foi completamente reformada e requalificada por meio de mutirões, que envolveram membros da comunidade, docentes e discentes da UNIVASF (AUTOR 1 et al, 2017).

De fato, o anseio em torno da criação de um museu foi o ponto catalisador para a condução de ações variadas. No caso, a constituição de um espaço físico de acordo com a definição de museu vigente do ICOM⁶ ou mesmo seguindo os parâmetros expressos na Portaria IPHAN n° 196, revelou-se desafiadora, devido à ausência de recursos para aquisição de equipamentos e materiais para conservação, reestruturação do espaço físico, bem como para a sua manutenção em caráter permanente. Para resolução desse impasse, desenvolvemos coletivamente a proposta de um Centro Museológico de Experimentação Comunitária – CEMEC (MAGESTE, 2015)⁷. O foco permaneceu sobre a noção de experimentação, entendendo o espaço cedido pela Associação de Moradores como *locus* para o teste de práticas patrimoniais, que são reformuladas ou consolidadas tendo sempre em vista o contexto de Lagoa de São Vítor e a atuação de comunidade, pesquisadores e

⁶ De acordo com o ICOM, “o museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite” (PINHEIRO, 2015: 59). A insuficiência dessa conceituação para tratar da diversidade de formas contemporâneas de manipulação do patrimônio museológico tem suscitado movimentos em prol de uma nova definição de museus. Um exemplo significativo desse caso foi o IV SEMINÁRIO DE MUSEOLOGIA EXPERIMENTAL & SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ICOFOM – Definir o Museu do Século XXI: Experiências latino-americanas” realizado no Rio de Janeiro em 2017, onde os trabalhos desenvolvidos em Lagoa de São Vítor foram expostos no intuito de alimentar discussões em torno de uma definição mais abrangente de museu. Um quadro parecido pode ser averiguado para a Portaria n°196, que vem passado por um processo de revisão e consulta pública por parte do IPHAN.

⁷ A denominação surgiu devido a necessidade de inserção do espaço doado na estrutura burocrática estabelecida pela UNIVASF, no tocante a disputa de editais e solicitações de recursos. Desse modo, de forma estratégica, a nomenclatura busca expressar a ideia de um centro de extensão. Na realidade cotidiana, parte dos moradores preferem se referir ao local como “Associação”, enquanto aqueles envolvidos de forma mais efetiva nas atividades colaborativas têm adotado o nome CEMEC, em consequência de sua utilização por pesquisadores e discentes.

discentes. (ASSIS & MAGESTE, 2015; MAGESTE et al, 2017). Certamente, os quadros teóricos-metodológicos da Museologia Social, em consonância com contribuições da Arqueologia Pública, constituíram um terreno propício para a sedimentação de tais deslocamentos.

CONEXÕES ENTRE ARQUEOLOGIA PÚBLICA E MUSEOLOGIA SOCIAL

De acordo com os propósitos desse trabalho, a Museologia Social é compreendida como uma das respostas possíveis aos questionamentos inaugurados em prol de uma Nova Museologia. Em termos históricos, relaciona-se, portanto, com movimentos no sentido de promover a democratização cultural dos museus, iniciados principalmente a partir da década de 1960. Naquele momento, a necessidade de renovação dos modelos de museus existentes tornou-se mais evidente, ao mesmo tempo em que vários grupos intelectuais passaram a reforçar o que deveria ser o objetivo inerente aos espaços museais: a de ser ferramenta de aprendizagem constante, compatibilizada com os anseios e expectativas da sociedade envolvente. Nos debates estabelecidos, ganharam pertinência propostas inovadoras de museu, como a do ecomuseu – que pressupõe a musealização de um território – a do museu de comunidade – que por sua vez, apoia-se na musealização de grupos sociais; e a do museu integral – fortemente assentado na ideia de patrimônio integral (VARINE-BOHAN, 1985; SCHEINER, 2012; DUARTE, 2013; DESVALLÉS & MAIRESS, 2013). De acordo com o raciocínio de Scheiner (2012), a ideia de museu integral surgiu como uma revolução epistemológica no campo da Museologia, na medida que ultrapassou as preocupações com o território (geralmente enfocadas nas iniciativas de ecomuseu), com a comunidade (a pedra basal dos museus comunitários) e com espaços sacralizados e institucionalizados. Para a autora, o diferencial da proposta reside no fato do museu integral se fundamentar não somente nas parcelas do patrimônio passíveis de serem musealizadas, mas na sua capacidade de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória, sendo efetivamente empoderado por grupos sociais (SCHEINER, 2012).

Na contextura de tais renovações, o foco nos aspectos sociais dos museus levou alguns autores a defender a partir da década de 1990 o viés da Museologia Social, que assume logo na sua denominação aquilo que deveria ser o real compromisso dos museus,

que é o de evidenciar a diversidade de formas sociais (MOUTINHO, 1993). A proposta foi germinada a partir das reflexões levadas a cabo em eventos como o encontro internacional de Caracas, na Venezuela, em 1992, o Eco-92, além do I Encontro Internacional de Ecomuseus, realizado no Rio de Janeiro, em 1992. Para Chagas & Gouveia (2014), os dois últimos eventos citados manifestaram maior relevância, influenciando os quadros da Museologia no tocante aos conceitos e métodos utilizados:

A museologia social, na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros. Seria possível dizer que toda museologia é social, se toda museologia, sem distinção, estivesse comprometida do ponto de vista teórico e prático com as questões aqui apresentadas; mas isso não acontece, não é verdade e sobre esse ponto não devemos e não podemos ter ingenuidade” (CHAGAS & GOUVEIA, 2014: 17)

Para todos os efeitos, tais provocações museológicas podem encontrar consonância com os quadros da Arqueologia Pública. Em termos gerais, a abordagem visa fomentar a articulação entre comunidades locais e acadêmicos em cada estágio da pesquisa arqueológica, tendo em vista a construção, o gerenciamento, a interpretação e a destinação do patrimônio passível de ser tratado. Trata-se de um trabalho que facilita o envolvimento efetivo de grupos subordinados no processo de investigação e construção de narrativas sobre o passado. Ao mesmo tempo, a perspectiva incentiva a aplicação de olhares transdisciplinares, pressupondo a realização de estudos em compasso com preocupações comunitárias, antropológicas, históricas e museológicas, para citar algumas das possibilidades. (SHANKS & TILLEY, 1987).

Historicamente, localizamos o surgimento do termo Arqueologia Pública em obra seminal de McGimsey (1972), versando sobre a destruição acelerada dos sítios arqueológicos situados nos Estados Unidos em decorrência dos processos de urbanização e industrialização. Como estratégia de controle, o autor defendeu o estabelecimento de uma dimensão pública da Arqueologia, articuladas com políticas de preservação. Este foi o pontapé inicial para um campo que experimentou profundas transformações no bojo das perspectivas de Arqueologia Contextual e Interpretativa, que emergiram no âmbito do pós-processualismo. A penetração de segmentos da Crítica Pós-colonial, principalmente a partir

dos anos 2000, foi o ponto de partida para o reconhecimento do caráter excludente de práticas arqueológicas canônicas, que se consolidaram historicamente como atividade burguesa desenvolvida por homens brancos e ocidentais. A alternativa a este quadro seria a inserção das estratégias de produção do conhecimento em estruturas mais democráticas, que se traduziria no envolvimento efetivo de grupos subordinados na interpretação de seu passado e presente (HODDER, 2003; SMITH & WOBST, 2006. RICHARDSON & ALMANSA-SÁNCHEZ, 2015). A partir da década de 2000, diferentes esquemas passaram a ser organizados no intuito de revelar as especificidades que caracterizariam o campo (MERRIMAN, 2004; HOLTROF, 2007; MATSUDA & OKUMURA, 2011; THOMAS, 2017). Parte-se do reconhecimento que o público que a Arqueologia congrega é variado, incluindo agências governamentais, políticos, outros pesquisadores, comunidades, só para citar alguns exemplos. Do mesmo modo, os objetivos de uma Arqueologia Pública vão desde a publicização da disciplina até a sua completa reformulação com o encontro de novas ontologias (MATSUDA, 2016).

No cenário nacional, a Arqueologia Pública despontou principalmente nas últimas duas décadas, em uma série de publicações que têm se atentado para as complexas relações entre conhecimento científico, comunidades e patrimônio (FUNARI & ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008; LINO & BRUHNS, 2011; BEZERRA, 2003; 2013; AUTOR 3, 2017, ROCHA, 2017, só para citar alguns exemplos). O crescimento de atividades ligadas com o licenciamento ambiental e a obrigatoriedade de sociabilização dos conhecimentos gerados com as pesquisas, conferiram estímulos inegáveis para o campo no Brasil, além de estabelecer uma complexa relação entre práticas de Arqueologia Pública e o neoliberalismo. De todo modo, nos últimos anos, arqueólogos brasileiros comprometidos com a temática afinaram-se com a crítica pós-colonial, com abordagens simétricas ou mesmo com o campo de estudos de Cultura Material, o que tem levado inclusive a reflexões sobre a pertinência do termo Arqueologia Pública (BEZERRA, 2017).

No que diz respeito as conexões entre Arqueologia Pública e Museologia Social, o foco conferido em ambas as abordagens para a realização de ações socialmente engajadas e potencialmente transformadoras já sinaliza para a principal compatibilidade perseguida nessa oportunidade. Com a ampliação do campo de estudos referentes a “musealização da arqueologia”, observa-se movimentos no sentido de refletir sobre assuntos como comunicação e gestão do patrimônio arqueológico, memória social, construção de narrativas e os processos de seleção, manipulação e ressignificação da materialidade

(BRUNO, 1999; 2014; WICHERS, 2010, 2011). De fato, os vínculos entre os campos vêm sendo detectadas por Camila Moraes Wichers (2016), que tem buscado evidenciar as potencialidades de encontros entre as narrativas arqueológicas e os espaços museológicos, conferindo para este último um papel central no estabelecimento de canais de comunicação entre Arqueologia e comunidades. Tal intercâmbio não se resume somente a sobreposições teóricas, mas também “modos de ver e estar no mundo que priorizam o respeito ao outro, partindo de uma postura interacionista e dialógica” (WICHERS, 2010: 295). Em síntese, ao nos situarmos nesta interface, reivindicamos para as práticas arqueológicas e museológicas o poder de se conectar com problemas da contemporaneidade.

CEMEC EM LUTA

No desenvolvimento de práticas de Arqueologia Pública e Museologia Social, a implantação do CEMEC no espaço doado pela Associação de Moradores assumiu uma importância fulcral, uma vez que tem se constituído como polo irradiador de ações e mobilização social. No contexto, foi estruturado para funcionar como centro interdisciplinar para o teste, reformulação e execução de diferentes procedimentos reflexivos que envolvam a comunidade, seus patrimônios, bem como a equipe de pesquisadores e discentes, sempre orientadas para as demandas sociais observadas e relatadas (ASSIS & MAGESTE, 2015). Nesse ponto, vale salientar que cotidianamente, o espaço funciona como centro de informática, composto por 20 computadores doados, assumindo uma natureza museológica transitória. Em outras palavras, é invocado e configurado perante desejos específicos manifestado por membros da comunidade, sempre levando em conta as possibilidades de vínculos que podem ser estabelecidos entre conhecimento científico, sabedoria popular, passado e o presente. Na prática, o CEMEC⁸ vem sendo atualizado de forma bienal, no mês de junho, durante as comemorações conhecidas como Festejos de São Vítor, dedicado ao santo padroeiro homônimo. O evento é marcado pela celebração religiosa, além de intensa programação de shows locais voltados para ritmos contemporâneos, tal como o forró e o *funk*. Durante as festas, os grupos dispersos pelo Território Quilombola de Lagoas se reúnem em São Vítor para participar das celebrações. Para esta oportunidade,

⁸ O escopo detalhado das atividades realizadas no CEMEC, acompanhado de foto, vídeos e textos, podem ser visualizados na página disponível na rede social *Facebook*, em <<https://www.facebook.com/CEMECSAOVITOR/>>, acesso em junho de 2018>.

apresentamos para discussão o conjunto de ações que ocorreram durante as festividades de 2017, ocasião em que o CEMEC foi provocado para ser instrumento de luta política pela manutenção do Território Quilombola de Lagoas.

Para entender o papel do CEMEC nesse contexto, é preciso ressaltar que ao longo dos últimos anos, o Piauí vem sendo considerado a nova fronteira da mineração no Brasil, coincidindo com a chegada na região de diversas empresas especializadas. Desde o início, o movimento tem despertado mobilização popular de diversos segmentos sociais, principalmente comunidades camponesas e quilombolas, que passaram a questionar a transparência de tais empreendimentos, o respeito à legislação que rege o licenciamento ambiental no país e, principalmente, o risco de desagregação de modos de vida particulares para o cenário da caatinga e do semiárido. A promessa de instalação de mineração de ferro em trecho situado no Território Quilombola de Lagoas aumentou as tensões, com questionamentos constantes a respeito dos reais impactos que as atividades podem vir a provocar nos meios físicos, biótico e social. Particularmente para a realidade de Lagoa de São Vítor, os temores referem-se as chances de desarticulação econômica e social, com danos para a apicultura, criação de caprinos e bovinos, abastecimento de água, descarte de lixo, além das possíveis consequências sociais oriundas do aumento repentino do número de pessoas fixadas no lugar.

Assim, na época de realização dos Festejos de São Vítor, o tema mineração pairava de modo significativo nas conversas e vivências. Desse modo, o CEMEC foi invocado para ser catalizador de reflexões sobre o assunto. Tal demanda foi apresentada em reunião organizada entre diferentes lideranças do território, professores e alunos do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF. Na ocasião, além do desejo manifestado em discutir os impactos positivos e negativos de empreendimentos do tipo, debatemos as possibilidades de narrativa, considerando a diversidade patrimonial local, bem como as estratégias de exposição. O ponto de partida para as atividades foram alguns relatos apresentados, que destacaram o fato das comunidades locais e suas particularidades estarem sendo invisibilizadas por empresas e consultores envolvidos na implementação da mineração. O interessante, nessa perspectiva, seria aproveitar a intensa movimentação em Lagoa de São Vítor, por conta das festividades, para mostrar ao público as riquezas do território: o seu patrimônio arqueológico e paleontológico; sua produção econômica, fortemente marcada pela apicultura e criação de caprinos; e suas formas de viver e lidar com a escassez da água e aridez da terra. A ideia defendida foi a de que o

CEMEC atuasse como polo irradiador, conectando-se com outras estruturas e espaços da área. Ao mesmo tempo, foi solicitado a realização de oficinas experimentais junto ao público infantil, considerando a boa repercussão obtida com as ações desenvolvidas em oportunidades anteriores (ASSIS & MAGESTE, 2015; MAGESTE ET AL, 2017).

Para consolidação dos trabalhos, ocorreu uma divisão espontânea de tarefas. Por um lado, professores e alunos, se encarregaram do mapeamento e deslocamento dos acervos arqueológicos para a localidade, além de sistematizar informações de caráter técnico-científico sobre mineração – outra demanda expressa por lideranças da Lagoa de São Vítor. Por outro lado, a comunidade reivindicou para si tarefa de selecionar objetos de cultura material capazes de revelar suas especificidades. Paralelamente, foi solicitado apoio a Secretaria de Educação de São Raimundo Nonato, para viabilizar a alimentação e transporte das crianças das comunidades mais afastadas do território durante as atividades programadas.

Importante destacar nesse ponto que a ocasião planejada para o início das intervenções e montagens, coincidiu com o súbito falecimento de um idoso residente de área vizinha ao CEMEC. Este fato doloroso alterou toda a dinâmica planejada, além de evidenciar a profunda relação existente entre práticas colaborativas e circunstâncias imprevisíveis provenientes do tempo cotidiano. De fato, essa característica parece dotar a comunicação museológica de um caráter transitório, passível de transformações constantes devido as relações firmadas entre pesquisadores, comunidades e o contexto social. No caso, realizamos mudanças nos direcionamentos adotados para que os trabalhos não ferissem o luto e a comoção da comunidade. Em termos práticos, isto acarretou na redução dos espaços abordados em Lagoa de São Vítor. Adicionalmente, vale salientar que um dos veículos encarregados de transportar os moradores de comunidades mais afastadas do território, cedido pela UNIVASF, apresentou problemas técnicos no dia do evento, enquanto o ônibus cedido pela Prefeitura de São Raimundo Nonato parece ter se desenganchado do público alvo. Para todos os efeitos, esse conjunto de fatores modificou o foco do evento para a musealização do patrimônio arqueológico em conexão com a discussão sobre mineração, além de justificar a participação exclusiva de jovens residentes no entorno do CEMEC nos processos conduzidos.

Explicando melhor, sempre respeitando as provocações coletadas anteriormente em reunião, as atividades buscaram articular diferentes aspectos do território por meio de

circuito expositivo composto pelo CEMEC e entorno, a casa do Sr. Andreilino Miranda e beco situado ao lado da casa de shows local – *Atlantic Club Night*. Dentro do CEMEC, foi exposta coleção arqueológica proveniente da antiga Fazenda São Victor, gerado no âmbito de intervenções colaborativas coordenadas por Vieira (2017). Trata-se basicamente de vestígios de louça, cerâmicas e lascas líticas, que informam sobre a inserção da área em contexto pré-colonial e colonial. Em diálogo com esse material, foram expostas imagens referentes aos trabalhos arqueológicos e suas interpretações⁹. Em posição central, foi exposta a maior parte da produção acadêmica que discute diferentes aspectos do Território Quilombola de Lagoas, atendendo a solicitação da comunidade e o compromisso ético da divulgação científica. Já os computadores foram alimentados com vídeos versando sobre as consequências positivas e negativas da mineração. A ligação entre Arqueologia e Mineração aconteceu por meio de vídeos dedicados aos quadros do licenciamento ambiental e sua necessidade para garantir a preservação do patrimônio cultural e o bem-estar social em áreas de influência de empreendimentos. Para composição desse eixo, além de professores e discentes da UNIVASF, participaram os jovens da localidade que têm atuado nos projetos de extensão desenvolvidos.

Na parte externa da edificação, aconteceu a grafiteagem de sua parede frontal, em ação coordenada pelo coletivo *Lagart Rup*, que desenharam de forma lúdica a Pedra e a Lagoa de São Vitor. A atividade aconteceu no intuito de conferir identidade visual para a estrutura. Em momento específico do evento, o lugar serviu ainda como palco para apresentação do grupo regional Sandrinho do Acordeon.

Simultaneamente, o CEMEC e seu entorno serviram como palco para realização de experimentações com o público infantil de “Arqueologia Experimentada”. Em corredor situado na lateral da edificação, montamos uma área quadriculada para simular uma escavação arqueológica. Convidamos então as crianças a experimentarem o arranjo arqueológico e as ferramentas oferecidas, deixando-as livres para expressarem suas próprias percepções sobre o contexto, para depois conversarmos sobre as maneiras que o material arqueológico exposto no CEMEC foi recuperado. Simultaneamente, dialogamos a respeito do lixo evidenciado durante a limpeza e retirada de sedimentos e sobre as

⁹ Todo o conjunto de referenciais envolvendo o patrimônio arqueológico abordado nessa oportunidade foram gestados no bojo de pesquisas de Arqueologia Pública. Os estudos incorporaram os moradores de São Vitor como autores, incluindo suas experiências e métodos para lidar e interpretar o patrimônio arqueológico. Para informações mais detalhadas sobre os trabalhos, vide Vieira (2017).

possibilidades de reciclagem. Após o trabalho, montamos uma oficina de cerâmica, em frente ao CEMEC. Utilizamos a argila coletada na lagoa para testar de forma interativa diferentes técnicas de produção de vasilhas. Tratou-se de um momento lúdico para dialogar a respeito da história do território e as coisas materiais produzidas pelos grupos que o habitaram. Finalmente, com o término da produção, as crianças levaram os seus objetos para o interior do CEMEC, para compor o circuito expositivo.

Devemos salientar que tais oficinas não foram configuradas com a pretensão de conduzir processos educativos no sentido pedagógico do termo, nem mesmo se estruturaram como atividade de educação patrimonial. De fato, reconhecemos que práticas educativas voltadas para o patrimônio devem acontecer de forma contínua e serem conduzidas de acordo com as percepções e interesses manifestados pelo público, evitando assim a domesticação de saberes (FLORÊNCIO et al, 2014). No caso, mais do que ensinar como os arqueólogos atuam, projetos de educação patrimonial apresentam o potencial de revelar como diferentes sujeitos operacionalizam a Arqueologia e suas coisas. Para o caso de São Vitor, as oficinas foram constituídas no intuito de compor o circuito de experimentação museológica, integrando a narrativa expositiva montada colaborativamente. Em termos gerais, as iniciativas buscaram sedimentar provocações a respeito da história e memória, utilizando a cultura material ressignificada pela Arqueologia e Museologia, como detonadora de reflexões.

Saindo do CEMEC, particularmente na casa do Sr. Andreilino Alves de Miranda, foi montada uma exposição dos fósseis que foram colecionados entre as décadas de 1970 e 2000. Com o intuito de apresentar discursos polifônicos, a mostra fez referência as pesquisas acadêmicas desenvolvidas, ao contexto paleontológico regional e as interpretações oferecidas pela população sobre esses vestígios. A mediação entre a exposição e o público foi realizada pelo Sr. Andreilino, que mesclou nas conversas conduzidas, suas memórias afetivas sobre os achados e as informações científicas produzidas sobre esse material nos últimos anos.

O último espaço apropriado foi beco intitulado de Beco da Mineração, em ação conduzida pelos discentes de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF. No espaço, afixamos cartazes problematizando a mineração na América Latina e especificamente no Piauí, apresentando dados concernentes a sua localização, atuação e impacto social. No centro da área, foi alocado expositor com fragmentos de minério de

ferro, retirados da área que será efetivamente explorada na região. Inicialmente, o eixo abarcaria ainda a exibição contínua de vídeos sobre a temática, mas devido a problemas técnicos, a ação teve que ser suprimida. De todo modo, foi configurada para dialogar com as informações sobre o tema inseridas no CEMEC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse trabalho, destacamos que as experiências conduzidas e os resultados obtidos com a atuação do CEMEC, têm servido ao propósito de consolidar as relações de colaboração entre sociedade e Universidade, reconhecendo o papel transformador do patrimônio local em suscitar reflexões e estabelecer pontes entre o passado, o presente e projetos para o futuro. No caso do cenário abordado, a ideia de um centro de experimentação museológica tem favorecido a criação, reformulação e o teste de diferentes narrativas, propostas museográficas e ações educativas, considerando os interesses dos atores envolvidos nesses processos: a comunidade de Lagoa de São Vítor e a equipe de docentes e discentes imersos na realidade local. Mais interessante destacar na oportunidade são as possibilidades oferecidas de conectar o patrimônio arqueológico com outras tipologias patrimoniais e as demandas do tempo presente. Para isto, as operações desenvolvidas devem ser constantemente escrutinadas, sendo reavaliadas e modificadas de acordo com as flutuações do cotidiano. Com o aprofundamento das atividades, o desejo é que o CEMEC efetivamente transborde para as demais comunidades do Território Quilombola de Lagoas, servindo como centro irradiador de narrativas que contemplem a diversidade de manifestações culturais distribuídas no tempo, no espaço e entre as pessoas.

Contudo, desde o final de 2016, as atividades realizadas em São Vítor na interface da Museologia e Arqueologia, vem sendo progressivamente interrompidas, desarticulando parte dos processos conduzidos desde o ano de 2013. Os motivos para isso se devem principalmente ao contingenciamento de recursos que tem atingindo as instituições públicas de ensino superior do país, inviabilizando a manutenção de atividades de pesquisa e extensão. No caso, a indisponibilidade de transporte para o acesso a comunidade, que deve ser efetuado em carro tracionado, bem como a carência de verbas e bolsas para o desenvolvimento de projetos, podem ser considerados os principais vilões. Assim,

pesquisadores e discentes tem realizado incursões em muitos casos a partir de seus próprios recursos, nem sempre suficientes para assegurar a frequência desejada para as ações. Esta realidade tem nos provocado no intuito de desenvolver estratégias sustentáveis de pesquisa e resistir frente ao contexto político atual.

Em termos teóricos, buscamos erigir pontes entre os campos da Arqueologia Pública e Museologia Social. Desse modo, ressaltamos a cumplicidade das abordagens no tocante ao objetivo de promover a democratização das estruturas de produção do conhecimento e a utilização dos indicadores de memória como instrumento de luta política e transformação social. Na prática, as cadeias operatórias da Museologia Social sedimentaram caminhos dialógicos para o trabalho com diferentes tipologias patrimoniais em contexto comunitário, além de balizar metodologicamente as ações pautadas na experimentação da realidade local. Ao mesmo tempo, as provocações da Arqueologia Pública trouxeram para o centro do debate as implicações políticas que envolvem a construção do patrimônio arqueológico na contemporaneidade e os desafios que confrontam a articulação de diferentes versões sobre o passado e o presente. De fato, não se trata de olhares diferentes sobre um mesmo contexto, mas sim de olhares complementares, que são costurados no bojo das práticas colaborativas.

Nesse ponto, é preciso considerar os sentidos assumidos pelo termo colaboração no trabalho, tanto entre pesquisadores e comunidades; como entre saberes científicos e populares. Para Colwell (2016), colaboração é termo dinâmico e fluido, que não deve ser entendido como um conjunto de práticas pré-estabelecidas. Falar em colaboração, não significa falar de comunidades que estão à espera de pesquisadores para demonstrar como são engajadas em torno de questões patrimoniais. Muito pelo contrário, envolve o conflito, a negociação e acordos. Nas ações relatadas, podemos constatar que o conhecimento científico especializado vem sendo reivindicado por segmentos da comunidade como estratégia de luta política, valendo-se dessa autoridade para se opor aos discursos de desenvolvimento minerário. Para adicionar complexidade a este cenário, é importante destacar que essas posições não são consenso entre todos os moradores. Desse modo, quando falamos de comunidade aqui, não temos a pretensão de comportar sob esta palavra a diversidade de sujeitos que compõe a localidade. Concordamos, portanto, com a opinião de Smith & Waterton (2009), ao apontarem que as comunidades abordadas em iniciativas desse tipo são sempre realidades parciais, geralmente constituída pelos indivíduos que se conectam com os pesquisadores.

Finalmente, temos percebido que propor o colaborativismo não equivale negar as diferenças fortes e as vezes incomensuráveis que existem entre saberes científicos e tradicionais, mas verificar as possibilidades de conexões e reconhecer que ambos operam sobre as mesmas operações lógicas, diferenciando-se nos níveis estratégicos específicos a quais se aplicam. Ambas as lógicas levaram a avanços científicos, invenções e compatibilidades assentadas em fundamentos diferentes, que ainda não foram completamente investigados (CARNEIRO DA CUNHA, 2009; ALMEIDA, 2010). No caso da Arqueologia, esta lógica se apresenta evidente no fato da maioria esmagadora dos sítios serem descobertas pelas populações locais, que interpretam e classificam suas evidências de acordo com suas narrativas de vida e visões de mundo. Ignorar esse manancial interpretativo significa esvaziar os sentidos contemporâneos dos bens arqueológicos e suas aplicações museológicas e, ao mesmo tempo, reificar a exclusão de segmentos da sociedade no tocante a sua construção e ressignificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria da Conceição. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2010.

ASSIS, Nívia Paula Dias de. **Projeto de Extensão Patrimônio Cultural e Turismo Comunitário em áreas quilombolas: o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor sob a ótica da ciência e da sabedoria popular**. Edital PIBEX, Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, 2013

ASSIS, Nívia Paula Dias de & MAGESTE, Leandro Elias Canaan. O sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor numa perspectiva dialógica de construção de conhecimento: pesquisa científica e saber popular. In: **IV Semana Internacional de Arqueologia dos e das discentes de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 2015.

BEZERRA, Márcia. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. **Habitus**, Goiânia, v. 1, n. 2, p.275-295, jun./dez. 2003.

BEZERRA, Márcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista de Arqueologia Pública**, n.7, pp. 107-122, julho 2013.

BEZERRA, Márcia. **Teto e Afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia**. Belém: GK Noronha, 2017.

BRAGA, Juçara da Silva; SILVA, Judson Jorge. Um olhar geográfico sobre o Território Quilombola Lagoas: Caracterização socioeconômica da Comunidade São Vitor – São Raimundo Nonato – PI. In: **Reunião Regional da SBPC em São Raimundo Nonato**, São Raimundo Nonato, 2016.

BRUNO, Maria Cristina. Oliveira. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 17, n.17, 1999.

BRUNO, Maria Cristina. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia da SAB**, vol. 26, nº2, 2013/ vol. 27, nº1, pp. 4-15, 2014.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. In: **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac & Naif, pp. 301-310, 2009.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM** - Ano 27, n. 41, pp. 09-22, 2014.

COLWELL, Chip. Collaborative Archaeologies and Descendant Communities. **Annu. Rev. Anthropol.** 45, pp.113–27, 2016.

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chaves da Museologia**. São Paulo: Armand Colin, 2013.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST** - vol. 6 nº1, pp. 99-117, 2013.

FARIA, Ana Tereza Dutra Pena. **Comunidade quilombola Lagoas**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

FLORÊNCIO, Sônia. R. R.; CLEROT, Pedro.; BEZERRA, Juliana.; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processo**. Brasília: CEDUC IPHAN, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo & ROBRAHN- GONZÁLEZ, Erika. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. **História**, São Paulo, Nº 27, Vol. 2, pp. 13-30, 2008.

HODDER, Ian. Archaeological Reflexivity and the "Local" Voice. **Anthropological Quarterly**, Vol. 76, No. 1, pp. 55-69, 2003.

HOLTORF, C. **Archaeology is a Brand! The Meaning of Archaeology in Contemporary Popular Culture**. Oxford, Archaeopress, 2007.

LINO, Jaisson Teixeira; BRUHNS, Katianne. Os Arqueólogos e os Índios.... Vivos! Reflexões sobre Arqueologia Pública, Políticas Públicas e Sociedades Indígenas. **Cadernos do Ceom**, Ano 25, nº 34, pp. 99-121, 2012.

MAGESTE, Leandro Elias Canaan. **Projeto de Extensão Museu Integral da Comunidade de São Vitor: diálogos entre Memória Social, Multivocalidade e Experimentação Museológica**. Edital PIBEX, Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, 2015.

MAGESTE, Leandro Elias Canaan; ASSIS, Nívia Paula Dias de; VIEIRA, Bruno Vitor Farias. Museu integral da comunidade Lagoa de São Vitor? Interfaces entre Museologia social, desenvolvimento sustentável e educação transformadora. **Revista Eletrônica do Programa**

de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST, vol.10, nº2, pp. 283-302, 2017.

MATSUDA, Akira. & Okamura, Katsuyuki. Introduction: New Perspectives in Global Public Archaeology. In: OKUMURA & MATSUDA (Org.) **New Perspectives in Global Public Archaeology**. New York: Springer, pp. 1–18, 2015.

MATSUDA, Akira. A Consideration of Public Archaeology Theories. **Public Archaeology**, pp. 1-11, 2016.

MCGIMSEY, Charles. **Public Archaeology**. Seminar Press, New York, 1972.

MERRIMAN, Nick. Introduction: Diversity and Dissonance in Public Archaeology In: MERRIMAN, N. (Ed.) **Public Archaeology**. London: Routledge, 2004, pp. 1–17.

MOUTINHO, Mario. Sobre o conceito de Museologia Social. **Cadernos de Museologia**, n. 1, pp. 07-09, 1993.

PINHEIRO, A. Patrimônio cultural e museus: por uma educação dos sentidos. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 58, pp. 55-67, out/dez. 2015

RICHARDSON, Lorna-Jane & ALMANSA-SÁNCHEZ, Jaime. Do you even know what public archaeology is? Trends, theory, practice, ethics. **World Archaeology**, 47:2, pp.194-211, 2015.

ROCHA, Thaíse S. F. **Aquilo que é tirado da terra, às vezes pode matar”**: As relações estabelecidas entre arqueologia e a comunidade de Carangola, Minas Gerais. Dissertação de mestrado em Antropologia., Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

SCHEINER, Tereza. C. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 7, n.1, pp.15-30, 2012.

SHANKS, Michael.; TILLEY, Christopher. **Re-constructing archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SMITH, Claire & WOBST, Martin. Decolonizing archaeological theory and practice. In: SMITH, C; WOBST, M (Org). **Indigenous Archaeologies**. London, Routledge, pp. 2-17, 2006.

SMITH, Laurajane & WATERTON, Emma. **Heritage, Communities and Archaeology**. Gerald Duckworth and Co., London, 2009

THOMAS, Suzie. Community Archaeology. In: MOSHENSKA, Gabriel. **Key Concepts In Public Archaeology**. London, UCL Press, pp. 14-30, 2017.

VARINE-BOHAN, Hugues de. L'écomusée: au-delà du mot. **Museum**, n.148, v.XXXVII, p.185, 1985.

VIEIRA, Bruno Vitor Farias. **Era no tempo do coronel...”eu não concordo muito com isso não!** ” **Arqueologia Pública e interpretações colaborativas sobre a “Fazenda de São Victor”**, Piauí. Dissertação de mestrado em Arqueologia. Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, 2017.

WICHERS, Camila Azevedo M. **Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira**. Tese de doutoramento em Museologia. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2010.

WICHERS, Camila Azevedo M. **Patrimônio arqueológico paulista: proposições e provocações museológicas**. Tese de doutoramento em Arqueologia. São Paulo, MAE-USP, 2011.

WICHERS, Camila Azevedo M. Sociomuseologia e Arqueologia Pós-processual: conexões no contexto brasileiro contemporâneo. **Cadernos de Sociomuseologia** nº 7, pp. 31-55, 2016.

AGRADECIMENTOS

Na oportunidade, agradecemos pelas relações de afeto e confiança construídas junto à comunidade Lagoa de São Vítor, que acabaram por fomentar as práticas dialógicas consolidadas ao longo da pesquisa. Da mesma forma, devemos estender a nossa gratidão ao corpo discente da UNIVASF, particularmente os estudantes de Arqueologia e Preservação Patrimonial, que se empenham voluntariamente no estabelecimento das ações colaborativas relatadas. Agradecemos ainda a leitura atenta e sugestões valiosas oferecidas pelo parecerista e pela Dra. Vanessa Linke Salvio (UNIVASF).